

Jornalismo econômico e capital financeiro: dissecando a simbiose¹

Patrícia Maurício²

Larissa Moraes³

Universidade Federal Fluminense – UFF

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

Resumo

Este trabalho, norteado pelo estudo do capitalismo por Marx, verifica a influência do capital financeiro sobre o jornalismo econômico no Brasil, a partir de uma análise de conteúdo de uma semana de notícias nos jornais O Globo e Valor. O período da pesquisa foi marcado por um abalo financeiro desencadeado pelo anúncio de um pacote fiscal pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Diferentes agentes do mercado financeiro consideraram as medidas de corte de custos governamentais insuficientes, o que gerou queda nas bolsas de valores e forte elevação do dólar, apesar do bom momento econômico para indicadores como o PIB e o desemprego. Os resultados da pesquisa mostram que as notícias refletiram o ponto de vista do mercado financeiro sem contraponto.

Palavras-chave

Jornalismo Econômico; Capital Financeiro; Economia Política do Jornalismo; O Globo, Valor

Introdução

No dia 3 de dezembro de 2024, o IBGE anunciou os dados do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no terceiro trimestre do ano, mostrando um crescimento significativo de 0,9%, possibilitando prever que a economia do país poderia crescer 3,5% no ano. É um percentual acima da média das últimas décadas, portanto uma notícia relevante e, a princípio, positiva. Como esperado, o anúncio do PIB foi manchete na imprensa, mas o destaque poucas vezes foi favorável: alguns dos principais jornais brasileiros enquadraram a elevação do PIB como um risco para o país. O Globo escolheu como manchete “PIB mantém ritmo acelerado e pressiona juros e ajuste fiscal”, e o Valor Econômico, “Demanda interna sustenta PIB, mas incerteza fiscal e juro elevado turvam quadro para 2025”. Em ambas as matérias, o foco ficou sobre possíveis consequências negativas do aquecimento econômico: pressão sobre a inflação e possível alta dos juros,

¹ Trabalho apresentado no GP Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Doutora em Comunicação e Cultura, professora do PPGCOM da PUC-Rio. E-mail: patriciamauricio@puc-rio.br

³ Doutora em Comunicação, professora do Departamento de Comunicação Social da UFF. E-mail: larissamoraes@id.uff.br

como meio de contê-la. O potencial de geração de empregos e renda que ocorre quando a economia cresce ou a perspectiva de aumento de arrecadação não entraram no debate.

Esse é apenas um exemplo do pacto que o jornalismo econômico brasileiro tem mantido, nas últimas décadas, com a agenda neoliberal e, mais especificamente, a do mercado financeiro. Neste trabalho, discutimos o tema a partir da análise de conteúdo dos textos sobre o anúncio do pacote fiscal do governo Lula pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nos jornais O Globo e Valor Econômico (chamaremos de Valor) de 28 de novembro a 4 de dezembro de 2024. No período, as bolsas de valores caíram e o dólar subiu por vários dias seguidos, chegando ao patamar inédito de R\$ 6, com os principais agentes de mercado alegando que as medidas de austeridade anunciadas foram tímidas e, portanto, incapazes de conter o déficit das contas públicas. Foi no contexto da pressão que o mercado exerceu sobre o governo por mais cortes de gastos que a notícia sobre o PIB foi apresentada sob as lentes distorcidas do debate sobre o ajuste fiscal.

A análise é realizada pela perspectiva da Economia Política Comunicação (EPC), que faz estudos críticos sobre seus objetos, buscando entender os determinantes econômicos e políticos da comunicação. Temos como base os estudos de Marx (2016) sobre o capitalismo, e consideramos o modelo de negócios dos veículos, a posição ideológica de seus donos e o contexto político-econômico em que estão inseridos. Selecionamos todas as notícias sobre o ajuste fiscal com chamadas na primeira página das edições impressas e digitais dos dois jornais. As edições digitais são as que consolidam o noticiário do dia e estão disponíveis para consultas nos sites dos veículos pesquisados. Somente no fim de semana, em que o Valor não teve esse tipo de edição, colhemos matérias do site daquele jornal. Assinalamos chapéu (quando relevante), título e subtítulo, além do destaque da notícia. Levamos em conta tanto elementos quantitativos e/ou objetivos (como número de matérias e destaque) como qualitativos e, por vezes, de ordem mais subjetiva (como enfoques utilizados, palavras escolhidas e informações omitidas).

D'O *Globo*, foram selecionadas 16 chamadas de primeira página ou manchetes, sendo 11 referentes a reportagens, 4 a artigos e um a editorial. Mais 27 conteúdos da parte interna foram lidos e considerados na análise. No *Valor*, foram 11 chamadas de primeira página, 38 matérias, 5 colunas, 5 artigos de opinião e 4 editoriais. Dada a restrição de espaço, apenas as principais serão mencionadas aqui.

No levantamento bibliográfico, um dos trabalhos se destaca especialmente: a tese de Paula Puliti (2009), orientada por Bernardo Kucinski. Jornalista como as autoras deste

artigo, Paula percebeu em seu cotidiano profissional, nos anos 1990, a forte influência que os bancos e financeiras exerciam sobre pautas e abordagens do noticiário econômico, e chamou esse processo de financeirização do noticiário, expressão que adotamos. Aqui constatamos a mesma simbiose entre a imprensa econômica e o mercado de capitais.

O contexto da financeirização do jornalismo econômico

Os veículos analisados são empresas privadas, portanto visam o lucro, sendo que *Valor* e *O Globo* pertencem ao Grupo Globo, da família Marinho. Por óbvio, defendem o sistema capitalista, e são alinhadas ao modelo neoliberal. Mas há casos de interferência direta. A *Exame*, antes do grupo Abril, da família Civita, foi comprada em 2019 pelo banco BTG Pactual. O dono do Banco Inter, Rubens Menin, é também dono da franquia brasileira do canal de TV por assinatura CNN. O contexto é o do capitalismo globalizado, financeirizado, plataformizado, e do mercado financeiro na imprensa sem intermediários.

O jornalismo produzido pelo *Globo* e *Valor* é um produto intermediário para a venda de publicidade e outros produtos. “Um produto que existe em forma final para consumo pode tornar-se matéria-prima. Ou o trabalho dá ao produto formas que só permitem sua utilização como matéria-prima. Nesse caso chama-se a matéria-prima de semiproduto, ou melhor, de produto intermediário [...]”, (Marx, 2016, p. 216). O produto final a ser vendido é o espaço publicitário (além das assinaturas, que sempre ficaram longe de pagar os custos), mas também, mais recentemente, venda de ingressos e de patrocínio para eventos organizados pelos jornais, como salões de negócios de moda e de automóveis (Maurício, 2018) e debates com especialistas sobre temas do momento. Isso se deu pelo fenômeno da plataformização da comunicação, em que plataformas americanas passaram a concentrar em suas mãos a publicidade global, ao captar dados dos usuários e poder enviar a eles publicidade voltada ao seu perfil e suas necessidades (Zuboff, 2020). A imprensa tradicional ficou com menos dinheiro e vulnerável em relação aos grandes donos do capital de hoje: as próprias plataformas e os bancos.

A cobertura do ajuste fiscal: análise de dois jornais do mesmo grupo de mídia

Em 27 de novembro de 2024 o ministro da Fazenda anunciou um pacote fiscal que vinha sendo planejado desde os primeiros meses do terceiro governo Lula e que estava para ser anunciado há semanas. Os adiamentos, atribuídos a negociações e verificações técnicas, mantiveram os jornalistas econômicos em alerta. O pacote reuniu medidas de

cortes de gastos públicos numa Proposta de Emenda à Constituição (PEC), um Projeto de Lei Complementar (PLP) e um Projeto de Lei Ordinária (PL), e no dia 28 foi dada uma entrevista coletiva para detalhá-lo. O pacote buscou atender as demandas neoliberais do mercado e de um Congresso com maioria de direita e, ao mesmo tempo, melhorar a distribuição de renda, bandeira de um governo que se quer de esquerda, coisas difíceis de conciliar. Fernando Haddad anunciou corte de despesas de R\$ 70 bilhões em dois anos; isenção de imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais (antes era R\$ 2.824); taxa de 10% sobre rendas acima de R\$ 50 mil para compensar; limite de 2,5% para o aumento do salário mínimo acima da inflação, para reduzir despesas com aposentadoria; e abono salarial apenas para quem ganha até R\$ 2.640, em vez dos anteriores R\$ 2.824. Vale destacar que, em janeiro de 2025, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas, seguindo as determinações da Constituição, deveria ter sido de R\$ 7.156,15, pelas contas do Dieese (2025), e na realidade estava em R\$ 1.518,00 mensais. Também constavam do pacote, entre outras medidas, o limite de ganhos de servidores para além do teto constitucional.

No dia 28, o anúncio foi manchete no jornal O Globo: “Lula inclui isenção de IR em pacote de ajuste, e dólar tem máxima histórica”, com o subtítulo “Medidas são anunciadas, mas mercado reage e eleva moeda a R\$ 5,91 após inclusão de promessa eleitoral que impacta receitas”. A reação negativa do mercado ganhou destaque maior que as informações sobre o próprio pacote, e as fontes ouvidas não tinham outro ponto de vista que não fosse de cobrança por cortes mais acentuados. As medidas foram apresentadas como insuficientes para conter o desequilíbrio fiscal do país.

Já no Valor do dia 28, a chamada principal da primeira página teve três parágrafos, sob o título “Haddad anuncia corte de R\$ 70 bi, isenção de IR até R\$ 5 mil e taxação de renda acima de R\$ 50 mil”. O subtítulo, “Ministro informou linhas gerais do pacote após dia de tensão nos mercados; medida do Imposto de Renda pode custar mais de R\$ 40 bi aos cofres públicos”, trata a isenção do IR para pessoas de renda mais baixa apenas como perda para os cofres públicos, sem considerar o que uma renda de R\$ 5 mil pode pagar para uma família viver. Diz a chamada que este aumento na isenção “provocou a disparada do dólar e dos juros e a queda da bolsa”. Não se questiona por que o mercado reagiu desta maneira, ou se esta foi a única razão para isso.

Na matéria interna principal sobre o tema, título e subtítulo deixaram evidente que não há preocupação com os trabalhadores de renda mais baixa: “Corte de R\$ 70 bi em 2

anos contrasta com maior isenção para IR; Renda até R\$ 5 mil mensais ficará isenta de Imposto de Renda, o que surpreende mercado; rendimentos acima de R\$ 50 mil serão mais tributados”. O mercado foi ouvido, mas os trabalhadores, não. Os presidentes da Câmara e do Senado foram ouvidos informando que pretendem aprovar o pacote ainda este ano. A matéria lembrou que o salário mínimo “dita os gastos do governo com a maior parte das aposentadorias e pensões, além do Benefício de Prestação Continuada (BPC), abono e seguro-desemprego”, mostrando a importância que um salário mínimo mais baixo tem no controle dos gastos do governo e esquecendo a tributação aos mais ricos.

Outra matéria interna tem o título “Economistas veem pacote ‘ruim’ nas medidas já conhecidas” e subtítulo “Conteúdo é considerado decepcionante; principais críticas são ao reajuste da isenção para Imposto de Renda na fonte”, este claramente contrário a uma medida de distribuição de renda por meio do IR, via entrevistados. Foram ouvidos cinco economistas: um da Oriz Asset Managements, um pesquisador do Insper, outro da XP, outro da Warren Investimentos e um da Rio Bravo Investimentos, que tem em seus quadros o ex-presidente do Banco Central no governo FH, Gustavo Franco. O Insper é uma instituição de ensino derivada do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais e cujo primeiro curso foi um MBA em Finanças. São sócios do Insper os ex-sócios do Banco Garantia e figuras notórias no mercado: Claudio Haddad, Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira (via esposa), e seu vice-presidente chegou à instituição após 30 anos no Itaú-Unibanco (Insper, 2023). Ou seja, todas as fontes são do mercado financeiro ou de instituição de ensino voltada a passar as ideias do mercado.

Em O Globo, o dia 29 foi o de cobertura mais extensa na semana analisada. Só a primeira página teve cinco chamadas sobre o pacote fiscal, além da manchete. Foram destacadas três notícias, dois artigos e um editorial. O tema ganhou 8 matérias, ocupando quatro das cinco páginas da Economia. A manchete seguiu linha próxima à da véspera, com ênfase ainda maior na crítica: “Ajuste fiscal tímido frustra, e dólar chega a bater R\$ 6”; subtítulo “Governo projeta economia de R\$ 327 bi até 2030, mas analistas consideram pacote insuficiente para reduzir a dívida pública. Juros futuros disparam”. Toda a parte superior da primeira página é ocupada por notícias sobre o pacote, com o enquadramento variando entre a preocupação, pela suposta insuficiência do pacote, e o alarme, pela reação negativa do mercado. Além de um dos dois editoriais, os quatro artigos assinados do dia abordaram o tema. A coluna que fez o principal contraponto crítico à visão do mercado não ganhou chamada: foi a de Bernardo Mello Franco, que mencionou a reação

negativa do mercado, mas também o mérito de medidas como o corte de benefícios de militares e o endurecimento no combate a fraudes contra o Bolsa Família. O texto termina dizendo que “a derrapada do governo no anúncio do ajuste não quer dizer que ele errou por não se curvar aos interesses da Faria Lima”. Flávia Oliveira também aborda a insatisfação do mercado de outra forma, ao dizer que as medidas fiscais, “embora desidratem direitos sociais, não satisfazem os bambambãs das finanças”. Para ambos, o pacote tem problemas, mas não os que são apontados pelos interlocutores do mercado.

No Valor do dia 29, foram três as chamadas de primeira página sobre o pacote, todas com ênfase fiscalista. A de maior destaque é “Governo estima poupar R\$ 327 bi até 2030; especialistas avaliam pacote fiscal como insuficiente: Proposta tem 13 medidas para conter gastos; para analistas, não garantem sustentabilidade do arcabouço”; “Proposta muda forma de cálculo do IR devido: Mudanças dividem contribuintes em quatro faixas, com isenção para quem tem renda de até R\$ 5 mil e taxa mínima para rendas acima de R\$ 50 mil”; e “Decepção com medidas faz dólar bater em R\$ 6, Ibovespa perder 2,4% e juros dispararem: Instituições financeiras avaliam que o Banco Central pode intensificar o aumento da Selic em dezembro, com projeções apontando a taxa básica acima de 14% ao fim do ciclo”.

No dia 30, O Globo amenizou um pouco o tom alarmista, mas manteve a crítica. O pacote voltou a ocupar o espaço da manchete, que simbolicamente destaca o principal assunto do dia. O chapéu foi TURBULÊNCIA e a manchete, “Haddad admite ‘corrigir’ pacote após Congresso cobrar rigor fiscal”. Quer dizer, a primeira palavra acionou o enfoque de crise, para depois a mensagem enfatizar que os supostos erros do governo podem ser contornados, se o governo estiver realmente comprometido com o ajuste das contas públicas. A primeira página trouxe ainda um artigo de Carlos Alberto Sardenberg (“Pacote não reduz gasto”) e uma matéria sobre o suposto sucesso do governo Javier Milei, da Argentina, em cortar os gastos públicos (“Com corte de gastos de Milei, inflação cai, e recessão acaba”). No contexto dos debates no Brasil, o destaque dessa matéria dá a entender que o modelo adotado no país vizinho deve servir como exemplo. O texto não aborda as graves consequências sociais das medidas de contenção tomadas pelo presidente argentino, tais como retração econômica e aumento do desemprego.

Como O Globo, no dia 30 o Valor destacou que a declaração de Haddad de que novas medidas de ajuste podem ser tomadas caso o pacote não seja suficiente. Foi uma reação às críticas do mercado, numa tentativa do governo de acalmá-lo. Apenas pelo meio

da matéria o jornal incluiu: “Haddad disse ainda que a inflação no país está sob controle, a taxa de desemprego é a menor da história do Brasil, mas é necessário manter a sustentabilidade da economia”. Mesmo esta frase tem um “mas”, insinuando que as coisas não vão tão bem assim. No dia 1º, domingo, o Valor não circula e não tem edição consolidada, assim como no sábado, mas no site foi colocada a matéria intitulada “PEC alternativa a pacote fiscal do governo é melhor, mas não tem chance de passar, dizem economistas”, sobre proposta de três deputados de oposição ao governo que corta mais gastos em benefício dos mais pobres que a versão governamental. Foram ouvidos economistas do mercado e de consultorias, todos com declarações de cunho neoliberal (BRANDÃO, 2023), como “A ideia de desindexar, desvincular, mexer nos pisos [constitucionais de saúde e educação], parece tudo dentro do ideal. [...] Seria uma surpresa muito positiva, mas não me parece factível”.

Nos dias 1º, 2 e 3, o assunto ainda se fez presente na primeira página do jornal O Globo, mas perdeu um pouco de força – considerando o número de chamadas. No dia 1º, a chamada informou que “Apoio limitado de Lula mantém Haddad entre a credibilidade e a política”. Foi a matéria principal da Economia, tratando dos bastidores do anúncio do pacote. O texto contou que Haddad tentou dissuadir o presidente Lula de anunciar o aumento da isenção do IR junto com o pacote fiscal, mas não conseguiu. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi apresentado como alguém que vem tentando manter a credibilidade, mas acabou cedendo a pressões políticas. A matéria é favorável a Haddad, mas não ao governo, tampouco ao pacote. No dia 2, o assunto voltou à manchete de O Globo com um estudo da Instituição Fiscal Independente (ligada ao Senado) alertando que uma série de despesas públicas relevantes não estão sendo levadas em conta no cálculo do déficit público. A manchete, depois do chapéu “PRESSÃO FISCAL” é “Créditos extras e precatórios fazem dívida pública disparar”. Só foram ouvidos economistas críticos ao pacote e à política fiscal do governo, e nenhum deles ponderou a importância de se manter políticas sociais, dada a realidade brasileira.

O Valor do dia 2 voltou à carga com críticas ao pacote na primeira página, com o título e subtítulo “Frustração com fiscal piora cenário no mercado: Para especialistas do mercado, níveis mais elevados para o dólar não estão descartados, bem como a necessidade de uma Selic ainda mais alta”. A chamada trouxe o ponto de vista do mercado, e inclui seu alívio nas indicações do governo Lula para o BC, mantendo o ponto de vista neoliberal: “a indicação dos novos diretores do Banco Central (BC) ajudou a

desanuiar o cenário de ruptura. Sem nomes considerados heterodoxos no grupo, a decisão serviu para tirar incertezas que restavam em relação ao que deverá ser o novo Comitê de Política Monetária (Copom) [...]”.

Houve novamente duas chamadas de primeira página no Valor do dia 3 ligadas ao pacote. Uma, com suas matérias internas, com informações sobre o envio ao Congresso com alguns ajustes, e outra sobre a alta do dólar, colocando como causa principal as ameaças do presidente americano Trump, mas incluindo a questão fiscal brasileira como pano de fundo. Numa matéria sobre palestra do então diretor de política monetária e futuro presidente do BC, Gabriel Galípolo, na XP Investimentos, tratando da alta do dólar, a questão fiscal do país foi abordada, e apenas no pé da matéria entra uma afirmação dele diferente da visão do mercado: “Curiosamente, quem não tem mecanismo de defesa para alta de juros é o Tesouro Nacional. É um tema que precisa ser enfrentado”. Este foi o único dia a trazer uma matéria que tratava mais especificamente do pequeno efeito de distribuição de renda na proposta do governo para o IR, a partir de estudo da USP.

No dia 3, O Globo trouxe o assunto em chamada: “Fazenda fará ajustes na proposta que altera previdência de militares”. No contexto da tramitação das medidas do ajuste fiscal, a cúpula das Forças Armadas pediu a Lula uma transição mais suave em relação aos ajustes previdenciários previstos no pacote. Este previa a idade mínima de 55 anos para os militares (dez menos do que os trabalhadores da iniciativa privada e cinco a mais do que a idade mínima vigente), mas a cúpula das forças armadas pediu ao presidente Lula uma transição lenta. O tom neutro do texto destoou da abordagem crítica utilizada durante a cobertura em relação à urgência no corte de despesas públicas. O Globo – que defendeu veementemente o rigor em outros cortes – não ouviu nenhuma fonte que defendesse as mudanças nas aposentadorias dos militares.

No dia 4, o tema principal no Globo foi o anúncio do PIB, com a manchete mencionada na abertura deste artigo e o subtítulo “Alta foi de 0,9% no 3º trimestre, puxada pelo consumo das famílias e por investimentos. Analistas temem impacto na inflação”. Apesar do significativo aumento da atividade econômica de julho a setembro, vimos que o enfoque ficou sobre a pressão que o crescimento econômico pode exercer sobre a inflação e, conseqüentemente, na política de juros. O Valor também anunciou o PIB pela ótica da questão fiscal. Estes são os títulos e subtítulos da primeira: “Demanda interna sustenta PIB, mas incerteza fiscal e juro elevado turvam quadro para 2025: Com investimento e consumo em alta forte, economia cresceu 0,9% no 3º tri e deve avançar

mais de 3% em 2024; cenário à frente, porém, está indefinido”. De novo um ‘mas’ e um ‘porém’ para dizer que a notícia boa para o país é ruim, e sem ouvir fontes com explicações econômicas favoráveis à notícia boa, como se estas não existissem. Em duas matérias internas também sobressaem as adversativas nos títulos: “Análise: Investimento e consumo das famílias puxam o PIB, **mas** incerteza fiscal e juro em alta nublam o cenário” e “Investimento é destaque no PIB do 3º tri, **mas** cenário para 2025 é adverso”.

Conclusão

Neste artigo, discutimos o posicionamento do jornalismo econômico brasileiro em favor dos interesses do mercado financeiro através da análise de uma semana da cobertura do anúncio do pacote fiscal do governo Lula nos jornais O Globo e Valor, de breve análise do contexto e referências bibliográficas sobre o tema. A premissa foi confirmada e ganhou nuances, como a revelada nesta frase de uma matéria do Valor em 29/11: “a frustração [em relação ao pacote], assim, fez importantes bancos estrangeiros revisarem [para cima] suas projeções para a trajetória da Selic”. São bancos operando para que os juros subam no mercado futuro e criando o cenário para que o Banco Central de fato os suba.

Outra frase trata de relatório do banco J.P. Morgan: “Mesmo sob a premissa otimista de que essa reforma é neutra em termos de impostos, ela não é neutra em termos de demanda, pois aumenta a renda disponível de indivíduos com alta propensão ao consumo (os que ganham até R\$ 5 mil). Consequentemente, ela também não é neutra em relação à inflação”. Há sempre ênfase na inflação de demanda, sem nem dar como solução uma maior oferta de produtos para atender a esta demanda. Não há visão humanitária em relação aos “indivíduos” que hoje não ganham o suficiente para viver com dignidade. Suas necessidades não podem sobrepujar a de bancos em lucrar ao investir para seus clientes num país com a maior taxa de juros acima da inflação do mundo.

Para os dois jornais da família Marinho, a pauta de interesses do mercado financeiro e da concentração de renda se fez claramente refletida na abordagem sobre o ajuste fiscal. Ambos defendem cortes como único meio para evitar a inflação – indicador que, se aumentar para além da meta perseguida pelo Banco Central, deve ser enfrentado com alta na taxa de juros. É omitido o fato de que quem paga as taxas de juros altas dos títulos públicos é este mesmo governo. Há uma separação contábil do déficit total e do déficit primário (sem contar os pagamentos dos juros), e só este último é levado em conta pelo mercado e seus porta-vozes, fontes constantes do jornal, ao ditar qual política o governo

deve ter para a vida econômica da população. Não há contrapontos, como seria esperado de um jornalismo sério, instrumento de debate público. No conteúdo analisado, a alternância de ponto de vista apareceu praticamente só nas colunas dos jornalistas Flávia Oliveira e Bernardo Mello Franco, e, no Valor, em matéria sobre estudo da USP.

A economia não é tratada como uma ciência humana, com efeitos sobre a vida diária das pessoas. Os conteúdos analisados, com raras exceções, passam a impressão de que o país não pode distribuir renda, porque isso afeta a contenção dos gastos do governo. Visões econômicas que levam em conta os trabalhadores e a população em geral praticamente inexistem, e as grandes fortunas não são incomodadas.

Referências

- BRANDÃO, R. **Ajuste neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. Niterói. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, 2023. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1461.pdf>
- DIEESE. Valor da cesta básica aumenta em 13 capitais em janeiro. **Nota à imprensa**, 6 fev. 2025. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2025/202501cestabasica.pdf>. Acesso em 13 fev. 2025.
- INSPER. **Assembleia de associados**. 2025. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/pt/quem-somos/governanca/assembleia-de-associados>. Acesso em 13 fev. 2025.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I vol. 1 – o processo de produção do capital**; tradução de Reginaldo Sant’Anna. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- MAURÍCIO, P., ALMEIDA, R. Novas possibilidades para o financiamento do jornalismo no Brasil. **Anais...** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 4 a 9/10/2021 Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt8-ep/patricia-mauricio.pdf>
- MAURÍCIO, P. Estratégias do Grupo Globo na disrupção do modelo de negócios do jornalismo. **Líbero**, Ano XXI - No 41 Jan/Jun 2018. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/download/922/955>
- PULITI, P. **A Financeirização do Noticiário Econômico (1989-2002)**. 150f. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SILVA, D. R. Think Tanks ideológicos e a formação da opinião pública: Reflexões sobre grupos conservadores, suas redes e os estudos de comunicação. In: 27º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2018. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos-2018/papers/think-tanks-ideologicos-e-a-formacao-da-opinioao-publica--reflexoes-sobre-grupos-conservadores--suas-redes-e-os-estudos-d>>. Acesso em: 1º mar. 2022.
- ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2020.